

1

Observe a charge a seguir.



(Adaptado de: <<http://jarbas.wordpress.com/2010/10/04/platao-mito-da-caverna-e-ti/>>. Acesso em: 30 ago. 2012.)

Após descrever a alegoria da caverna, na obra *A República*, Platão faz a seguinte afirmação:

Com efeito, uma vez habituados, sereis mil vezes melhores do que os que lá estão e reconheceréis cada imagem, o que ela é e o que representa, devido a terdes contemplado a verdade relativa ao belo, ao justo e ao bom. E assim teremos uma cidade para nós e para vós, que é uma realidade, e não um sonho, como atualmente sucede na maioria delas, onde combatem por sombras uns com os outros e disputam o poder, como se ele fosse um grande bem.

(PLATÃO. *A República*. Lisboa: Calouste Gulbenkian, 1994. p.326.)

- a) Segundo a alegoria da caverna de Platão e com base nessa afirmação, explique o modelo político que configura a organização da cidade ideal.
- b) Compare a alegoria da caverna e a charge, e explicitite o que representa, do ponto de vista político, a saída do homem da caverna e a contemplação do bem.

QUESTÃO 1 – EXPECTATIVA DE RESPOSTA

Conteúdo: 1º Eixo Temático: Problemas Políticos e Éticos na Filosofia.

Problema ético: liberdade, emancipação e dever.

Questões de referência: a questão da justiça, a questão da liberdade e autonomia.

Autor de referência: Platão.

Resposta esperada

- a) Platão dedica boa parte da obra *A República* para desenvolver o projeto da cidade ideal, local onde está contido o seu projeto político. Em primeiro lugar, Platão rejeita as cidades existentes como modelos de cidades justas, afinal não podemos esquecer que foi a Atenas democrática que permitiu a morte de Sócrates. Em segundo, para vislumbrar a justiça no indivíduo, antes necessitamos enxergar o conceito de maneira ampliada, isto é, na cidade. A cidade justa de Platão contempla trabalhadores, soldados e governantes realizando as funções para as quais possuem as competências necessárias. Assim como na cidade platônica é o guardião que governa, também no indivíduo é a razão que deve guiá-lo.
- b) Na charge os personagens estão presos por correntes ao televisor. Consequentemente, a realidade é filtrada pela tela da TV. Da mesma forma, os homens que na caverna contemplavam sombras como se fossem verdades, quando libertos, passam a enxergar a realidade sem o filtro das imagens enganosas. Essa saída da caverna significa a contemplação do bem e o acesso às ideias. No âmbito político, representa a possibilidade do exercício do governo à luz da justiça e o afastamento das formas de dominação.

Leia a tirinha e o texto a seguir.



(Adaptado de: <<http://umasreflexoes.blogspot.com.br/2012/03/filosofia-e-etica.html>>. Acesso em: 30 ago. 2012.)

A visão de Kant sobre o Iluminismo articula-se com sua filosofia moral da seguinte forma: o propósito iluminista é abandonar a menoridade intelectual para se pensar autonomamente. Além disso, pensar por si mesmo não significa a rigor ceder aos desejos particulares. Portanto, o iluminista não defende uma anarquia de princípios e de ação; trata-se, sim, de elevar a moral ao nível da razão, como uma legisladora universal que decide sobre máximas que se aplicam a todos indistintamente.

(BORGES, M. L.; DALL'AGNOL, D.; DUTRA, D. V. *Ética*. Rio de Janeiro: DP&A, 2002. p.22-23.)

- De acordo com a filosofia moral kantiana, explique a diferenciação entre autonomia e heteronomia.
- Explicito o significado do imperativo categórico de Kant e o relacione com a tirinha.

QUESTÃO 2 – EXPECTATIVA DE RESPOSTA

Conteúdo: 1º Eixo Temático: Problemas Políticos e Éticos na Filosofia.

Problema ético: liberdade, emancipação e dever.

Questões de referência: a questão da justiça, a questão da liberdade e autonomia.

Autor de referência: Kant.

Resposta esperada

- Enquanto a autonomia refere-se à capacidade de autodeterminação da vontade com o propósito de realizar uma ação sem influência externa ou de qualquer impulso subjetivo, mas tão somente pela imposição do dever de cumprir aquilo que foi previamente designado pela razão, a heteronomia refere-se a ações realizadas sob a influência de elementos externos à própria razão. Trata-se de casos em que a determinação da vontade humana se dá mediante influência externa à própria razão, como o cumprimento de mandamentos divinos, ou elementos outros que afetam o desejo ou a dimensão da sensibilidade humana, determinando e influenciando a sua escolha.
- O imperativo categórico é um procedimento formal dado, segundo Kant, pela própria razão e dispõe das condições de discriminar máximas subjetivas de ação com a pretensão de fazer valer aquelas que se enquadram numa possível legislação universal. No caso da tirinha, o Imperativo Categórico é demonstrado na medida em que o personagem, diante de um conflito de ação, pondera racionalmente o aspecto intencional subjetivo e as consequências do ato, além de, notadamente, considerar a forma justa de agir baseada em princípios de validade universal.

Leia o texto e o quadrinho a seguir.

Aqueles que somente por fortuna se tornam príncipes pouco trabalho têm para isso, é claro, mas se mantêm muito penosamente. Não têm nenhuma dificuldade em alcançar o posto, porque por aí voam; surge, porém, toda sorte de dificuldades depois da chegada. Tais príncipes estão na dependência exclusiva da vontade e boa fortuna de quem lhes concedeu o Estado, isto é, duas coisas extremamente volúveis e instáveis.

(Adaptado de: MAQUIAVEL, *O Príncipe*. São Paulo: Nova Cultural, 1996. p.55.)



(Disponível em: <http://filosofandoehistoriando.blogspot.com.br/2010_11_01_archive.html>. Acesso em: 1 set. 2012.)

- Desenvolva os conceitos de fortuna e de *virtù*, em conformidade com Maquiavel.
- O que diferencia o pensamento político de Maquiavel daquele concebido pela tradição cristã?

QUESTÃO 3 – EXPECTATIVA DE RESPOSTA

Conteúdo: 1º Eixo Temático: Problemas Políticos e Éticos na Filosofia.

Problema político: Estado, sociedade e poder.

Questões de referência: a questão da democracia; a questão da constituição da cidadania; a questão do jusnaturalismo e contratualismo; a questão do poder.

Autor de referência: Maquiavel.

Resposta esperada

- A obra de Maquiavel está inserida no contexto do renascimento e dos embates políticos de Florença. É nesse cenário que podemos compreender os conceitos de *virtù* e fortuna.
A *virtù* é necessária ao governante para conquistar e manter o poder. Um Príncipe de *virtù* é aquele que consegue lidar com as adversidades inerentes ao governo em função da própria condição humana dos governados. Nesse sentido, *virtù* não é sinônimo de bondade, mas do preparo e da escolha política adequada ao momento. A bondade contrasta com a ingratidão, a dissimulação e a ambição dos homens.
Se o Príncipe conseguir atingir o poder pela *virtù*, terá melhores condições para enfrentar as adversidades provenientes da própria fortuna, afinal o acesso ao poder pode se dar em um Estado que surgiu do “improviso”. Príncipes que chegam ao poder pela fortuna (“sorte”), se não imbuídos da *virtù*, tendem a perder o posto conquistado.
- É nesse sentido que o pensamento de Maquiavel conflita com o Cristianismo, que preconiza o homem como alguém que “tende para o bem”. As ambiguidades humanas justificam a postura defendida por Maquiavel, que defende a possibilidade de o governante, dependendo das circunstâncias, não guardar a palavra dada. O critério para essa escolha é a *virtù*. Uma “moral do bem” como a cristã parece não ser a mais adequada para situações políticas adversas.

Leia o texto a seguir.

Hume considerou não haver nenhuma razão para supor que, dado o que se chama um “efeito”, deva haver uma causa invariavelmente unida a ele. Observamos sucessões de fenômenos: à noite sucede o dia, ao dia, a noite etc.; sempre que se solta um objeto, ele cai no chão etc. Diante da regularidade observada, concluímos que certos fenômenos são causas e outros, efeitos. Entretanto, podemos afirmar somente que um acontecimento sucede a outro - não podemos compreender que haja alguma força ou poder pelo qual opera a chamada “causa”, e não podemos compreender que haja alguma conexão necessária entre semelhante “causa” e seu suposto “efeito”.

(FERRATER-MORA, J. *Dicionário de Filosofia*, Tomo I, São Paulo: Loyola, 2000, p.427.)

- a) **Com base na filosofia de Hume, explique a importância do conceito de causalidade para o conhecimento dos fenômenos naturais.**
- b) **Explicita a leitura que Hume faz do empirismo.**

QUESTÃO 4 – EXPECTATIVA DE RESPOSTA

Conteúdo: 2º Eixo Temático: Problemas Epistemológicos na Filosofia.

O problema da ciência, conhecimento e método na Filosofia.

Questões de referência: a questão da sensibilidade, razão e verdade: a questão do método; a questão da ciência e a crítica ao positivismo.

Autor de referência: Hume.

Resposta esperada

- a) Hume aponta o conceito de causalidade como importante para a geração do conhecimento extraído da experiência. O conhecimento empírico apreende a relação causal dos fenômenos naturais, sendo que é por meio da pressuposição da causalidade que nasce a maneira habitual de se conceber a constância e a regularidade do dinamismo próprio da natureza. Logo, o conhecimento empírico é formado pela constatação da relação de causalidade existente entre os fenômenos da natureza, o que permite dizer que sem a causalidade não haveria como processar o conhecimento empírico.
- b) As reflexões de Hume sobre o empirismo demonstram a existência de um ceticismo mitigado quanto à possibilidade de a experiência constituir-se em fundamento último do conhecimento. Fica evidente que o conhecimento empírico, em última instância, baseia-se na crença de que a repetição constante de causas semelhantes gera efeitos semelhantes. Essa compreensão resulta na convicção de que relações causais observadas no passado garantem repetição “certa” no futuro. Isso, segundo Hume, não passaria de crença, o que por sua vez colocaria uma considerável dose de ceticismo na base do próprio empirismo.